



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

JIRAU ENERGIA S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Jirau Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jirau Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jirau Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. L. L.

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3. PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS	11
4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTE	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	13
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	15
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	15
10. IMOBILIZADO	17
11. INTANGÍVEL	18
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	20
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20
14. TRIBUTOS A RECOLHER	22
15. ENCARGOS SETORIAIS	23
16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)	23
17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	24
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28
20. CUSTO DE OPERAÇÃO	29
21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	30
22. RESULTADO FINANCEIRO	30
23. PARTES RELACIONADAS	31
24. PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO	32
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32
26. SEGUROS	36
27. COMPROMISSOS	36

JIRAU ENERGIA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	919.023	655.182
Títulos e valores mobiliários	6	180.954	634.898
Contas a receber de clientes	7	447.875	423.723
Estoques		99.088	80.287
Impostos e contribuições a recuperar	8	36.867	16.227
Despesas antecipadas		2.590	25.775
Outros ativos circulantes		30.447	54.565
Total do circulante		1.716.844	1.890.657
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	499.405	436.762
Despesas antecipadas		330	1.651
Impostos e contribuições a recuperar	8	61.949	64.289
Tributos diferidos	9	1.198.555	1.234.933
Depósitos judiciais	17.3	2.103	1.925
Imobilizado	10	14.420.839	15.086.997
Intangível	11	770.323	737.641
Total do não circulante		16.953.504	17.564.198
Total do ativo		18.670.348	19.454.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	164.493	163.776
Empréstimos e financiamentos	13	791.886	716.419
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		21.652	19.302
Tributos a recolher	14	25.589	18.359
Encargos setoriais	15	48.265	74.602
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	20.406	19.193
Provisões socioambientais	17.5	163.082	128.387
Outros passivos circulantes		1.418	1.586
Total do circulante		<u>1.236.791</u>	<u>1.141.624</u>
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	65.439	65.882
Empréstimos e financiamentos	13	8.173.980	8.711.577
Encargos setoriais	15	8.920	9.846
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	143.381	141.705
Provisões de contingências	17.2	38.062	50.453
Provisões socioambientais	17.5	192.229	161.438
Outros passivos não circulantes		1.237	561
Total do não circulante		<u>8.623.248</u>	<u>9.141.462</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	18	10.923.710	11.673.710
Prejuízo Acumulado		(2.113.401)	(2.501.941)
Total do patrimônio líquido		<u>8.810.309</u>	<u>9.171.769</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>18.670.348</u>	<u>19.454.855</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional, líquida	19	3.765.701	3.582.148
Custos de operação	20	(2.368.358)	(2.332.375)
Custos de energia		(1.251.426)	(1.370.826)
Demais custos de operação		(1.116.932)	(961.549)
Lucro bruto		1.397.343	1.249.773
Despesas gerais e administrativas	21	(121.540)	(122.143)
Lucro operacional		1.275.803	1.127.630
Resultado financeiro	22	(807.680)	(790.986)
Receitas financeiras		246.147	155.489
Despesas financeiras		(1.053.827)	(946.475)
Lucro antes dos tributos		468.123	336.644
Imposto de renda e contribuição social	9	(79.583)	(117.962)
Diferido		(36.378)	(117.962)
Corrente		(43.205)	-
Lucro líquido do exercício		388.540	218.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	388.540	218.681
Resultado abrangente do exercício	388.540	218.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.673.710	(2.720.622)	8.953.088
Lucro líquido do exercício	-	218.681	218.681
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.673.710	(2.501.941)	9.171.769
	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.673.710	(2.501.941)	9.171.769
Lucro líquido do exercício	-	388.540	388.540
Redução de capital	(750.000)	-	(750.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.923.710	(2.113.401)	8.810.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		388.540	218.681
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	20 / 21	823.005	729.033
Encargos de dívida (juros provisionados)	13.2	983.045	874.722
Resultado com transações na CCEE	20	21.121	47.466
Atualização de custos socioambientais (AVP)	17.5	36.709	37.000
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	20	12.512	20.504
Atualização monetária do UBP	16	23.294	23.070
Despesas antecipadas (seguros)	20	11.240	10.963
Provisão/reversão e atualização monetária para contingências	17.2	17.029	33.558
Comissões sobre empréstimos	13.2	3.241	3.249
Baixa de imobilizado e intangível	10 / 11	1.375	425
Rendimentos de aplicação financeira (títulos e valores mobiliários – TVM)	6 / 22	(133.176)	(91.006)
Atualização monetária	22	(6.420)	(5.790)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	36.378	117.962
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	7.3 / 21	17.948	629
Variações dos ativos e passivos operacionais:			
Cientes		(42.102)	771
Estoques		(18.801)	(11.658)
Despesas antecipadas		755	(17.520)
Depósito judicial		(178)	1.104
Outros ativos		24.120	(6.975)
Fornecedores e contas a pagar		(20.847)	(101.876)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		2.349	5.344
Encargos setoriais		(26.338)	8.701
Pagamento do UBP	16	(20.405)	(19.481)
Pagamento de custos socioambientais	17.5	(85.703)	(60.392)
Tributos compensáveis		(157.214)	(151.876)
Pagamento de contingências		(29.420)	(953)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	9	(38.724)	-
Tributos a recolher		198.164	167.051
Tributos compensáveis (aquisição de imobilizado)		(6.876)	(4.032)
Outros passivos		509	(300)
Caixa líquidos gerado pelas atividades operacionais		2.015.130	1.828.374
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação Financeira (títulos e valores mobiliários – TVM)	6	(19.989)	(550.072)
Resgate Financeira (títulos e valores mobiliários – TVM)	6	544.466	-
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(77.351)	(44.367)
Caixa gerado e consumido nas atividades de investimentos		447.126	(594.439)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	13.2	-	2.240
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	13.2	(695.143)	(649.663)
Pagamento de juros dos empréstimos e financiamentos	13.2	(753.272)	(794.803)
Redução de capital - Pagamentos de caixa a investidores	18	(750.000)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamentos		(2.198.415)	(1.442.226)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		263.841	(208.291)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		655.182	863.473
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		919.023	655.182
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		263.841	(208.291)
Transações não caixa:			
Compensação tributária		152.210	172.682
Provisão custos socioambientais – Passivo e Imobilizado/Intangível		114.480	282.321
Custos socioambientais – Transferência Imobilizado / Intangível		-	286.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Jirau Energia S.A. (“Companhia” ou “Jirau Energia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Av. Presidente Wilson, 231 - sala 2904, constituída em 15 de julho de 2007, com filial em Porto Velho - RO, na Rodovia BR-364 - km 824 - Jaci Paraná, constituída em 12 de dezembro de 2009.

A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

No dia 12 de agosto de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União - DOU a outorga pela União (poder concedente) da concessão de uso do bem público para exploração do potencial de energia hidráulica do rio Madeira, no estado de Rondônia, para a UHE Jirau. A concessão foi outorgada por um prazo de 35 anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão nº 002/08 - MME-UHE Jirau, que ocorreu no dia 13 de agosto de 2008 (o prazo de concessão da UHE Jirau, foi estendido até dezembro de 2045).

Em setembro de 2013, teve início a operação comercial da primeira unidade geradora (UG) da UHE Jirau. Com a publicação do Despacho nº 3.032 da ANEEL, de 22 de novembro de 2016, a Companhia completou, formalmente, sua motorização, ou seja, 50 unidades geradoras em operação comercial. No dia 16 de dezembro de 2016, ocorreu a cerimônia de inauguração da UHE Jirau, que reforça a segurança energética do país com 3.750 MW.

A partir de 1º de janeiro de 2023, devido a revisão ordinária de garantia física das UHEs despachadas centralizadamente no SIN, a garantia física da UHE Jirau passou a ser de 2.101,5 MW médios, conforme divulgado na Portaria nº 709/GM/MME de 30 de novembro de 2022.

Em maio de 2025, o MME concluiu a Revisão Extraordinária de Garantia Física – REGF, solicitada pela Jirau Energia, em função da nova regra de operação do reservatório da UHE Jirau em cota 90 m. Em 22 de maio de 2025, foi publicada a Portaria MME nº 2.946/2025 definindo os novos montantes de Garantia Física para a UHE Jirau. Assim, houve acréscimo de 121,1 MW médios de Garantia Física, que passou para 2.222,6 MW médios. De acordo com o Memorando de Entendimentos entre Brasil e Bolívia, 1/3 do acréscimo de Garantia Física será destinado ao Estado da Bolívia.

Atualmente a garantia física é negociada na seguinte proporção:

- 72% destinada ao Ambiente de Contratação Regulado - ACR, conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs;
- 28% destinada ao Ambiente de Contratação Livre – ACL.

1.1 Continuidade Operacional

A Companhia mantém iniciativas comerciais e regulatórias em prol da saúde e regularidade de seus fluxos financeiros, tais como: (i) consolidação da estratégia de gestão de portfólio de contratos de energia – mitigação do risco de exposição ao mercado de curto prazo por meio de operações bem-sucedidas de compra de energia no curto, médio e longo prazos e (ii) revisão tarifária do EUST (Encargo de Uso do Sistema de Transmissão) que, após 10 anos, com o fim do ciclo de estabilização da tarifa, resultou na redução de cerca de 31% dos custos do referido encargo, colocando a Companhia em rota de geração de lucro a partir do exercício de 2023.

A Administração da Jirau Energia, em conjunto com seus acionistas, tem como estratégia a manutenção das ações comerciais para mitigação do risco hidrológico e da exposição do seu balanço energético, a avaliação contínua de oportunidades regulatórias e comerciais, a melhoria constante da qualidade operacional, de forma a oferecer alta disponibilidade e seguir mantendo a confiabilidade na geração de energia para o Setor Elétrico Brasileiro.

1.2 Impacto das Afluências Desfavoráveis de 2025 e da energia vertida turbinável na Operação Comercial

Em 2025, em grande parte do país, a geração verificada foi inferior às expectativas por conta da queda nas afluências. Além disso, os modelos oficiais de precificação da energia tornaram-se mais avessos ao risco de déficit desde os ajustes promovidos no início de 2025. Esses fatores contribuíram para a ocorrência de preços em patamar mais elevado (PLD médio igual a 223,46 R\$/MWh em 2025).

Além disso, as usinas têm sofrido perdas extras de recursos em função de episódios recorrentes de vertimento turbinável, que na UHE Jirau atingiu o patamar de cerca de 303 MW médios em 2025. Tais perdas são motivadas, principalmente, pelo crescimento acentuado do micro e minigeração distribuída (MMGD) e das usinas solares e eólicas, causando uma sobre oferta de energia em determinados horários dos dias e consequentes cortes de geração.

A redução de geração hidráulica no decorrer de 2025 foi mitigada com ações comerciais de compra de energia, mantendo a companhia com balanço em níveis próximos a neutralidade ao longo do ano, não havendo impacto significativo nas operações de liquidação na CCEE.

1.3 Redução de Capital e Exoneração de Garantias Corporativas

A Jirau concluiu a redução de capital de R\$750.000, com repasse proporcional aos sócios, refletindo sua recuperação econômico-financeira e sólida posição de liquidez. No mesmo período, obteve anuência para a exoneração das garantias corporativas vinculadas a contratos de financiamento diretos e indiretos, demonstrando maior autonomia operacional e capacidade de geração de caixa.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada e aprovada pela Diretoria da Companhia em 30 de janeiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS

3.1. Práticas contábeis

As práticas contábeis aplicadas da Companhia estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.

3.2. Uso de estimativas e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e dos seus passivos. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Nota	Estimativas significativas
7.3	Contas a receber
9.1	Tributos diferidos
10.1 e 11.1	Imobilizado e Intangível
17.1	Provisão para processos judiciais
17.5	Provisões socioambientais
19.1	Receita líquida

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

Normas e interpretações novas e revisadas

a – Revisadas e vigentes

- Alterações à IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de Conversibilidade; e
- OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

Cabe ressaltar que para as normas e interpretações descritas acima, não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b- IFRS novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7: Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11: Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7: Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais; e
- IFRS 18: Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Cabe ressaltar que para as normas e interpretações descritas acima, a Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação desses pronunciamentos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa representam recursos em conta corrente bancária e aplicações financeiras em operações de perfil conservador, com taxas pré-fixadas, atreladas a Selic e com liquidez diária ou com carência limitada de até 90 dias. Esses ativos podem ser prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa, sem um risco significativo de alteração valor.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	81	115
Aplicações financeiras	918.942	655.067
Total	<u>919.023</u>	<u>655.182</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por operações compromissadas, CDBs e Fundos.

As operações compromissadas são títulos de renda fixa que oferecem remuneração vinculada à taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2025, essas operações apresentaram uma rentabilidade que variou entre 80% e 99% do CDI (em 31 de dezembro de 2024 a faixa de rentabilidade ficou entre 71% e 99% do CDI). Esta modalidade de aplicação, representa um volume de R\$164.003 (R\$192.319 em 31 de dezembro de 2024).

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez diária também são remuneradas com base na taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a rentabilidade dessas aplicações variou entre 100% e 101,25% do CDI (em 31 de dezembro de 2024 a rentabilidade variou entre 100% e 101,5% do CDI). Esta modalidade de aplicação, representa um volume de R\$535.918 (R\$281.739 em 31 de dezembro de 2024).

A aplicação em Fundo Topázio, exclusivo junto à Caixa Econômica Federal, com exposição a taxas de juros SELIC/CDI, sendo a rentabilidade uma média de 99,46% do CDI. Esta modalidade de aplicação, representa um volume de R\$145.181 (R\$181.009 em 31 de dezembro de 2024).

A aplicação no Fundo exclusivo BB Asset, estruturado junto ao Banco do Brasil, com composição de carteira em Títulos Públicos e atrelado à taxa SELIC/CDI. A rentabilidade observada nesta modalidade tem oscilado entre 99,43% e 99,51% do CDI. Este investimento representa um volume de R\$73.840.

É importante ressaltar que as aplicações financeiras foram realizadas com o objetivo de suprir os compromissos de caixa de curto prazo e não para fins de investimentos com outras finalidades específicas.

A movimentação das aplicações financeiras é como segue:

	Aplicações financeiras	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	655.067	863.110
Aplicação	5.026.405	3.202.914
Resgate	(4.881.090)	(3.477.430)
Rendimentos	118.560	66.473
Saldo final	918.942	655.067

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Letra financeira do tesouro (LFT)	180.954	634.898
Depósitos vinculados	499.405	436.762
	680.359	1.071.660
Circulante	180.954	634.898
Não circulante	499.405	436.762

A aplicação em Letra Financeira do Tesouro (LFT), no circulante e sem vinculação à conta reserva de garantia da dívida, tem saldo de R\$180.954, apresentando uma rentabilidade média estimada de 100,42% SELIC. Em 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade média apurada foi de 99,57% SELIC.

A aplicação em Letra Financeira do Tesouro (LFT) no não circulante e vinculada têm como finalidade garantir o financiamento estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais bancos repassadores, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Esses depósitos são direcionados à Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD), e têm proporcionado uma rentabilidade média estimada de 100,27% SELIC em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 esses títulos registraram 100,26% SELIC.

A movimentação das aplicações em Títulos Públicos (LFTs) é como segue:

	LFT	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.071.660	430.582
Aplicação	19.989	550.072
Resgate	(544.466)	-
Rendimentos	133.176	91.006
Saldo final	680.359	1.071.660

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas

São registradas inicialmente pelo valor de venda quando o recebimento do valor pela contraprestação for incondicional e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Conforme os CCEARs, o faturamento mensal é realizado com base no produto da energia contratada (em MWh) e pelo preço de venda contratado (preço atualizado anualmente).

Considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual, tanto para os contratos com partes relacionadas quanto com terceiros. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

PECLD – perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, levando em conta eventos de inadimplência com probabilidade de ocorrência em doze meses.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Venda de energia elétrica	477.839	435.739
Terceiros	341.467	309.243
Partes relacionadas (nota 23)	136.372	126.496
(-) PECLD (nota 7.3)	(29.964)	(12.016)
Total	447.875	423.723

7.2 Venda de energia elétrica

O saldo de contas a receber de venda de energia elétrica compreende os recebíveis conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ACR	300.359	286.808
ACL	175.526	147.585
CCEE	1.954	1.346
Total	477.839	435.739

O *aging* do contas a receber de venda de energia elétrica está apresentado como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer:		
Até 30 dias	447.359	421.255
Subtotal	447.359	421.255
Vencidos:		
Até 30 dias	2	1.813
Acima de 90 dias	30.478	12.671
Subtotal	30.480	14.484
Total	477.839	435.739

7.3 Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(12.016)	(11.387)
Provisão (a)	(17.948)	(629)
Saldo final	(29.964)	(12.016)

(a) Constituição em 2025 da provisão de perda decorrente do distrato do contrato firmado com a Gold Comercializadora Energia.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(a)	45.282	24.145
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS	(b)	53.534	56.371
Total		98.816	80.516
Circulante		36.867	16.227
Não circulante		61.949	64.289

(a) O saldo do IRRF é composto pela retenção sobre aplicação financeira.

(b) Os saldos do PIS e da COFINS a compensar são compostos pela aquisição de serviços (principalmente construção civil), máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado, compra de energia e pagamento das tarifas de transmissão (EUST). O crédito gerado decorrente das operações descritas no item anterior, são compensados com o passivo do PIS e da COFINS sobre faturamento, em conformidade com a Escrituração Fiscal Digital - EFD Contribuições da Receita Federal do Brasil.

A movimentação dos tributos a recuperar é como segue:

	31/12/2024	Adição de créditos gerados	Compensações	Atualização a juros Selic	31/12/2025
IRRF	24.145	20.641	-	496	45.282
PIS	10.038	26.645	(27.152)	-	9.531
COFINS	46.333	122.729	(125.059)	-	44.003
Total	80.516	170.015	(152.211)	496	98.816
Circulante	16.227				36.867
Não Circulante	64.289				61.949

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos, passivos e sobre os valores de prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e são apresentadas de forma líquida nas demonstrações financeiras. Os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Os tributos diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, onde também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma pela qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

a) Composição dos tributos diferidos é como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo fiscal (i)	6.250.112	6.410.144
Diferenças temporárias tributáveis (ii)	(2.787.565)	(2.845.342)
Diferenças temporárias dedutíveis (iii)	62.614	67.354
Total	3.525.161	3.632.156
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Total	1.198.555	1.234.933

(i) A Jirau Energia realiza a estimativa da compensação de seu prejuízo fiscal até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2035 com base na projeção de lucro tributável ao longo da operação da usina, havendo expectativa de geração de lucro tributável.

A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal registrado é como segue:

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Entre 2029 e 2032</u>	<u>Entre 2033 e 2035</u>
Ativo fiscal diferido, líquido	134.031	178.115	328.508	2.574.904	3.034.554

(ii) As diferenças temporárias tributáveis são compostas por:

- Exclusão dos pagamentos referentes à provisão do passivo ambiental constituído contra o ativo imobilizado R\$109.142, que serão adicionados à apuração conforme amortização desses custos.
- Exclusão dos juros pagos e capitalizados ao ativo imobilizado, que serão adicionados conforme a depreciação de sua parcela no ativo no valor de R\$360.181.
- Depreciação acelerada utilizada nos anos de 2014 a 2016 e 2023 a 2024 no valor de R\$1.956.472.
- Ajustes líquidos referentes ao arrendamento mercantil dos guindastes R\$250 e direito de uso (aluguel escritório da Jirau Energia no RJ) R\$25, quando são excluídos os pagamentos do valor principal das parcelas e juros e adicionados os valores da depreciação.
- Repactuação do risco hidrológico R\$361.495.

(iii) As diferenças temporárias dedutíveis são compostas por R\$29.964 de provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$11.421 de provisão para contingências, R\$4.735 de provisão para bônus operacional, R\$2.996 de provisão para bônus administrativos, R\$7.026 provisão engenharia e R\$6.472 de provisão diversas.

b) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes dos tributos	468.123	336.644
Alíquota nominal	34%	34%
Tributos às alíquotas nominais	(159.162)	(114.459)
Diferenças permanentes	(4.152)	(3.503)
Incentivos Fiscais (a)	83.731	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(79.583)	(117.962)
Composição dos tributos no resultado		
IRPJ e CSLL Correntes	(43.205)	-
IRPJ e CSLL Diferidos	(36.378)	(117.962)
Alíquota efetiva	17%	35%

(a) Além do incentivo fiscal da SUDAM no montante de R\$80.652, correspondente à redução de até 75% do IRPJ incidente sobre o lucro da exploração apurado no exercício, conforme mencionado na nota explicativa 18.3, os demais incentivos fiscais usufruídos de R\$3.079 referem-se ao redirecionamento de parcela do imposto devido para apoio a projetos sociais, culturais, ambientais e esportivos, devidamente autorizados pelos respectivos órgãos competentes. Tais incentivos observam os limites e condições previstos na legislação vigente e não implicam aumento de custo financeiro para a Companhia.

10. IMOBILIZADO

10.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, pautando-se nas tendências futuras do setor elétrico, tanto a partir de fontes externas de informações como dados históricos, e com base no resultado operacional e nas projeções da Companhia até o término da concessão com base no crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão; (b) balanço energético, efeitos do GSF e respectivo acordo além de percentuais projetados por todo o período de concessão; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção.

JIRAU ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2025			2024	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos	4,00	4.737	(1.910)	2.827	3.016
Reservatórios, barragens e adutoras	3,48	4.614.507	(1.642.535)	2.971.972	3.116.989
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,34	6.669.054	(2.375.990)	4.293.064	4.513.672
Máquinas e equipamentos	4,21	10.919.623	(3.928.976)	6.990.647	7.344.037
Veículos	14,29	9.656	(6.093)	3.563	3.122
Móveis e utensílios	6,25	5.910	(3.061)	2.849	2.811
Direito de uso	25,00	-	-	-	631
Total em serviço		22.223.487	(7.958.565)	14.264.922	14.984.278
Em curso					
Terrenos		25.055	-	25.055	17.446
Reservatório, barragem e adutora		36.391	-	36.391	26.945
Edificações, obras civis e benfeitorias		15.468	-	15.468	8.438
Máquinas e equipamentos		71.377	-	71.377	47.632
Veículos		7.231	-	7.231	1.862
Móveis e utensílios		395	-	395	395
Total em curso		155.917	-	155.917	102.718
Total		22.379.404	(7.958.565)	14.420.839	15.086.997

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Em serviço							Imobilizado em curso	Total	
	Terrenos	Reservatório - barragens - adutoras	Edificações - obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais (*)			Outros (**)
Saldos em 31/12/2023	3.205	3.215.352	4.724.266	7.679.048	2.660	2.908	560.656	631	127.066	16.315.792
Adições	-	-	-	-	1.296	-	-	-	42.294	43.590
Unitização	-	47.930	-	17.944	157	302	-	-	(66.643)	(310)
Transferências	-	-	-	152	(91)	(61)	(286.897)	-	-	(286.897)
Baixas custos socioambientais	-	-	-	-	-	-	(282.321)	-	-	(282.321)
Baixas	-	-	-	(39)	-	-	-	-	-	(39)
Depreciação	(189)	(146.293)	(210.593)	(353.068)	(899)	(338)	8.562	-	-	(702.818)
Saldos em 31/12/2024	3.016	3.116.989	4.513.673	7.344.037	3.123	2.811	-	631	102.717	15.086.997
Adições	-	-	-	-	1.212	-	-	-	73.116	74.328
Unitização	-	-	875	15.282	320	401	-	-	(16.878)	-
Transferências (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.038)	(3.038)
Baixas	-	-	-	(204)	(364)	-	-	(631)	-	(1.199)
Depreciação	(189)	(145.017)	(221.484)	(368.468)	(728)	(363)	-	-	-	(736.249)
Saldos em 31/12/2025	2.827	2.971.972	4.293.064	6.990.647	3.563	2.849	-	-	155.917	14.420.839

(*) Valores decorrentes do recálculo da provisão dos custos ambientais (vide nota 17.5) pelo período da Licença de Operação (LO) e transferência desses custos para o ativo intangível (vide nota 11).

(**) Saldo composto por direito de uso.

(a) Valor refere-se à transferência realizada para o intangível vide nota explicativa n.º 11.

11. INTANGÍVEL

11.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitadas ao prazo de concessão.

JIRAU ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Uso do bem público	3,30	117.151	(48.820)	68.331	72.198
Direito de uso da concessão – repactuação GSF (a)	4,13	438.744	(77.249)	361.495	380.666
Custos Socioambientais Licença de Operação (c)	19,67	602.200	(268.700)	333.500	282.194
Direito de uso de software	20,00	27.966	(25.277)	2.689	996
Total em serviço		1.186.061	(420.046)	766.015	736.054
Em curso					
Software		2.877	-	2.877	411
Servidões (b)		1.431	-	1.431	1.176
Total em curso		4.308	-	4.308	1.587
Total		1.190.369	(420.046)	770.323	737.641

- (a) A CCEE forneceu cálculo dos períodos de extensão de outorga para o grupo de UHEs, amortizado pelo prazo de concessão.
- (b) Processos cíveis de questões fundiárias.
- (c) Valores decorrentes do recálculo da provisão dos custos ambientais (vide nota 17.5) pelo período da Licença de Operação (LO).

A movimentação do intangível é como segue:

	Em serviço					Total
	UBP	Software	GFOM	Custos Socioambientais Licença de Operação	Intangível (em curso)	
Saldos em 31/12/2023	76.067	1.127	398.793	-	1.196	477.183
Adições	-	-	-	-	777	777
Unitização	-	310	-	-	-	310
Transferências	-	-	-	286.897	-	286.897
Baixas	-	-	-	-	(386)	(386)
Amortização	(3.869)	(441)	(18.127)	(4.703)	-	(27.140)
Saldos em 31/12/2024	72.198	996	380.666	282.194	1.587	737.641
Adições	-	-	-	114.480	3.023	117.503
Unitização	-	3.164	-	-	(3.164)	-
Transferências	-	-	-	-	3.038	3.038
Baixas	-	-	-	-	(176)	(176)
Amortização	(3.867)	(1.471)	(19.171)	(63.174)	-	(87.683)
Saldos em 31/12/2025	68.331	2.689	361.495	333.500	4.308	770.323

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Energia elétrica	47.972	61.164
Terceiros	47.972	61.164
Encargos de uso da rede	69.436	70.182
Terceiros	61.332	60.567
Partes relacionadas (nota 23)	8.104	9.615
Materiais e serviços	107.949	93.754
Terceiros	107.949	93.754
Retenções contratuais	4.575	4.558
Terceiros	4.575	4.558
Total	<u>229.932</u>	<u>229.658</u>
Circulante	164.493	163.776
Não Circulante	65.439	65.882

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As dívidas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e dos eventuais pagamentos. Posteriormente são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva e ou valor justo por meio do resultado.

13.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

A dívida líquida é composta como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Empréstimos e financiamentos	9.024.697	9.490.080
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(919.023)	(655.182)
(-) Aplicações financeiras (nota 6)	(680.359)	(1.071.660)
Dívida líquida	<u>7.425.315</u>	<u>7.763.238</u>
Total do Patrimônio Líquido	8.810.309	9.171.769
Índice de endividamento líquido	0,84	0,85

13.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores, líquido dos custos de transação e eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

(i) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Moeda	Encargos anuais	Prazo	31/12/2025	31/12/2024
BNDDES	R\$	TJLP + 2,25%	Janeiro/2035	4.445.018	4.677.530
Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	1.293.368	1.359.028
Banco do Brasil	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	1.292.951	1.358.593
Bradesco	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	930.959	978.223
Itaú BBI	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	872.768	917.077
Banco do Nordeste	R\$	TJLP + 2,65%	Agosto/2034	189.633	199.629
Subtotal				9.024.697	9.490.080
Custos de captação				(58.831)	(62.084)
Total				8.965.866	9.427.996
Circulante				791.886	716.419
Não Circulante				8.173.980	8.711.577

(ii) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Quadro de cronograma de amortização dos financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2025:

2026	794.597
2027	1.095.690
2028	1.095.690
2029	1.095.690
Entre 2030 e 2035	4.148.433
Subtotal	8.230.100
Custos de captação	(56.120)
Total	8.173.980

(iii) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31/12/2023	676.438	9.315.813	9.992.251
Efeitos no fluxo de caixa:			
Captações	2.240	-	2.240
Transferências	1.482.207	(1.482.207)	-
Pagamentos (juros)	(794.803)	-	(794.803)
Pagamentos (principal)	(649.663)	-	(649.663)
Efeitos não caixa:			
Juros no resultado	-	874.722	874.722
Comissões	-	3.249	3.249
Saldo em 31/12/2024	716.419	8.711.577	9.427.996
Efeitos no fluxo de caixa:			
Transferências	1.523.882	(1.523.882)	-
Pagamentos (juros)	(753.272)	-	(753.272)
Pagamentos (principal)	(695.143)	-	(695.143)
Efeitos não caixa:			
Juros no resultado	-	983.045	983.045
Comissões	-	3.240	3.240
Saldo em 31/12/2025	791.886	8.173.980	8.965.866

(iv) Garantias (Fianças)

Conforme Carta nº 197/2020 do BNDES e o aditivo do Contrato de Cessão de Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), a Companhia mantém como principal garantia dos financiamentos a constituição e manutenção da Conta Reserva do Serviço da Dívida (“CRSD”), nos termos contratuais.

A CRSD é composta por 100% dos recursos nela depositados, os quais permanecem aplicados em Títulos Públicos Federais – LFT, e corresponde ao montante equivalente a três prestações do Serviço da Dívida, mesmo na hipótese de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) (vide nota 6).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$499.405 (R\$436.762 em 31 de dezembro de 2024), aplicado em Títulos Públicos Federais - LFT, em conta reserva, com uma rentabilidade média de 100,27% em relação à taxa Selic diária.

Adicionalmente, os contratos de financiamento preveem que, na hipótese de a Jirau Energia não comercializar a energia destinada ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, os acionistas se comprometem a adquirir essa energia na proporção de suas participações no capital social da Companhia, a preços definidos contratualmente.

(v) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Conforme o Contrato de Financiamento direto com o BNDES e o Contrato de Financiamento na modalidade de repasse, por meio do sindicato de bancos, a Jirau Energia deve manter um índice anual de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou superior a 0,2 até 31 de dezembro de 2016, e igual ou superior a 0,25 nos exercícios subsequentes. Em 31 de dezembro de 2025, a Jirau Energia apresentou um índice de capitalização de 0,47 (0,47 em 31 de dezembro de 2024).

A obrigação da Jirau Energia de recompor o saldo da CRSD em seis prestações caso não atinja, ao final do exercício, o ICSD mínimo de 1,2, foi extinta. Com o atingimento, por dois anos consecutivos, do ICSD mínimo estipulado contratualmente, as garantias contratuais dos acionistas foram exoneradas em 2025, condição esta já formalizada junto aos agentes financeiros.

O ICSD é calculado pela equação “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” dividido pelo Serviço da Dívida (amortização de principal mais pagamento de juros), com base nas informações expressas nas demonstrações financeiras auditadas por empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em base anual (meta de 1,2x). O índice apurado e verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de 1,51x (em 31 de dezembro de 2024 foi de 1,37x).

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS	18.900	17.148
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	915	124
IRPJ e CSLL s/ Lucro	4.496	-
ISSQN	60	152
Encargos sociais	1.218	935
Total	<u>25.589</u>	<u>18.359</u>

15. ENCARGOS SETORIAIS

Os encargos setoriais são contabilizados como custos e são apurados pelo regime de competência. Em conformidade com a lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida - ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	40.389	73.831
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH	15.449	9.328
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.347	1.289
Total	<u>57.185</u>	<u>84.448</u>
Circulante	48.265	74.602
Não Circulante	8.920	9.846

16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 13 de agosto de 2008, a Jirau Energia celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Madeira.

Com o início da operação comercial da primeira unidade geradora, a Jirau Energia está obrigada a ressarcir a União pelo UBP, o montante atualizado de R\$1.759, reajustado anualmente no mês de agosto, pela variação do IPCA. O encargo pelo UBP será devido até o 35º ano de concessão da UHE Jirau, conforme descrito em contrato.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

A seguir apresentamos a movimentação dos saldos:

Saldos em 31/12/2023	157.309
Atualização monetária	23.070
Pagamentos	(19.481)
Saldos em 31/12/2024	<u>160.898</u>
Circulante	19.193
Não circulante	141.705
Saldos em 31/12/2024	160.898
Atualização monetária	23.294
Pagamentos	(20.405)
Saldos em 31/12/2025	<u>163.787</u>
Circulante	20.406
Não circulante	143.381

17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

17.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. As contingências são definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos de perda e são provisionadas quando há risco provável.

17.2 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o encerramento definitivo da ação, motivado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos. Caso ocorra a alteração do prognóstico provável de alguma causa para possível ou remoto, serão realizadas as devidas tratativas contábeis para a baixa do passivo.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2023	3.601	14.245	17.846
Adição	1.217	26.787	28.004
Pagamentos/indenizações	(567)	(386)	(953)
Baixa/reversão	-	(133)	(133)
Atualização	469	5.220	5.689
Saldos em 31/12/2024	4.720	45.733	50.453
Não circulante			50.453

	Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2024	4.720	45.733	50.453
Adição	917	14.036	14.953
Pagamentos/indenizações	-	(29.420)	(29.420)
Baixa/reversão	(3.640)	(4.514)	(8.154)
Atualização	570	9.660	10.230
Saldos em 31/12/2025	2.567	35.495	38.062
Não circulante			38.062

17.3 Provisões para processos judiciais

(i) Trabalhistas

Atualmente, a Jirau Energia possui 27 processos trabalhistas com classificação de perda provável, dentre os quais 3 foram reclamações ajuizadas por ex-empregados da Jirau Energia, enquanto as demais referem-se a demandas propostas por ex-empregados de empresas contratadas, nas quais é pleiteado o reconhecimento da responsabilidade solidária ou subsidiária da Jirau Energia. Por haver provável desembolso futuro em tais processos, encontra-se provisionado, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$2.567 (R\$4.720 em 31 de dezembro de 2024, quando havia 47 processos com risco de perda provável). Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, horas “in itinere”, adicional de periculosidade ou insalubridade, diferença salarial e danos morais e materiais.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$15.888 em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.385 em 31 de dezembro de 2024) em 28 processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Estes processos representam majoritariamente reclamações trabalhistas propostas por ex-funcionários de empresas contratadas, nas quais é pleiteado o reconhecimento da responsabilidade solidária ou subsidiária da Companhia.

A Companhia adota a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da data de ajuizamento da ação, a incidência da taxa Selic como índice de correção das contingências trabalhistas, conforme decisão do Superior Tribunal Federal - STF, publicada em dezembro de 2020.

(ii) Cíveis

O valor provisionado até 31 de dezembro de 2025, é de R\$35.495 (R\$45.733 em 31 de dezembro de 2024). Desse montante total, R\$34.113 se referem aos processos cíveis relacionados a questões fundiárias e indenizatórias de pescadores. Houve o pagamento do valor de R\$26.762 referente a um acordo firmado em maio/2025 para encerramento das ações judiciais que discutiam a cobrança de multa ambiental pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM – RO. Além disso, em dezembro/2025 foi firmado outro acordo também com a SEDAM para pagamento voluntário – com desconto – de multa ambiental no valor de R\$2.658.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$588.630 em 31 de dezembro de 2025 (R\$655.888 em 31 de dezembro de 2024) em 234 processos cíveis com expectativa de perda possível, referentes a ações indenizatórias, ambientais, fundiárias e questões envolvendo fornecedores. Desses 234 processos, 65 são ações indenizatórias que tramitam perante juízos cíveis, propostas por supostos pescadores que alegam ter verificado, somente após a construção das barragens, redução da atividade de pesca nas áreas contíguas aos empreendimentos hidrelétricos instalados no Rio Madeira, e 149 referem-se a processos fundiários.

Na esfera administrativa, a Companhia litigou perante o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio para tentar anular um Auto de Infração lavrado em 2017 pelo chefe do Parque Nacional Matinguari. No Auto de Infração alega-se que o reservatório da UHE Jirau teria alagado indevidamente parte da área do Parque causando danos em floresta nativa. Além da imposição de multa, houve uma penalidade de embargo, mas que foi suspensa pelo próprio ICMBio após recurso de Jirau.

A Companhia manteve ao longo dos anos intensas tratativas administrativas para buscar um acordo com o ICMBio, porém o órgão não aceitou uma composição.

Em março de 2024, o ICMBio emitiu a decisão administrativa de mérito que confirmou integralmente a multa emitida no Auto de Infração, ao mesmo tempo em que manteve a suspensão da sanção de embargo. Após essa decisão, a Companhia ainda tentou administrativamente anular a multa ou firmar um acordo com o ICMBio por meio de um processo de reconsideração, porém sem sucesso. A companhia prosseguirá com a discussão por via judicial.

O valor atualizado até dezembro de 2025 da multa imposta no Auto de Infração alcança o montante de R\$100.614. Os valores foram atualizados nos termos da lei e conforme decisões judiciais para cada caso.

(iii) Fiscais

A Companhia não possui processos fiscais com provável desembolso futuro.

A Companhia possui um total estimado em R\$57.051 em 31 de dezembro de 2025 (R\$55.561 em 31 de dezembro de 2024) em 36 ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Este montante inclui processos administrativos fiscais.

O principal processo que a Companhia possui relativo a créditos tributários e que tramita na esfera administrativa, na Receita Federal do Brasil, refere-se ao indeferimento pelo Fisco do pedido de homologação de compensação de créditos tributários de IRPJ dos exercícios fiscais de 2011 a 2013 no valor de R\$19.361 (atualização pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2025). Após apresentação de recurso da Jirau Energia com toda a documentação comprobatória, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) julgou, em 17 de outubro de 2019, e deu provimento ao recurso da Companhia para reconhecer a regularidade da documentação apresentada e autorizar que o mérito do pedido de compensação seja analisado pela Receita Federal. O acórdão do CARF foi disponibilizado em 27 de novembro de 2019 e a Companhia vem tomando as providências para que o pedido de homologação de compensação seja analisado com urgência, contudo, não houve andamentos relevantes até 31 de dezembro de 2025.

17.4 Depósito judicial

Os montantes relativos aos depósitos judiciais indicados acima referem-se a valores vinculados a processos judiciais em curso

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos cíveis	676	764
Processos trabalhistas	1.427	1.161
	<u>2.103</u>	<u>1.925</u>

17.5 Provisões socioambientais

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da Jirau Energia é o IBAMA e por órgãos intervenientes, que participam do processo, como FUNAI, IPHAN, MS, ANA, ANM.

Em dezembro de 2024, conforme reavaliação da Companhia, foi atualizada a provisão para custos ambientais correspondentes a 1ª renovação da licença de operação (LO), para dar continuidade aos programas exigidos anteriormente, que vigorarão até dezembro de 2029, de forma a refletir o saldo das provisões impostas pelos programas ambientais mencionados na 1ª renovação da LO. Os valores nominais foram projetados até o término da licença de operação e trazidos a valor presente a taxa de 10,65% (WACC atual do empreendimento). Os custos ambientais serão reavaliados a partir de 2029 quando da renovação da 2ª LO e uma nova provisão será constituída baseada nos programas descritos pela nova licença bem como amortizados pelo novo período determinado.

Em outubro de 2025, foi contabilizada a provisão referente aos custos ambientais relacionados à Cota 90. Tal constituição foi realizada considerando como premissas os programas ambientais da primeira renovação da Licença de Operação (LO), com o objetivo de assegurar a continuidade dos programas ambientais anteriormente exigidos e ampliados em função da operação em cota 90, os quais permanecerão vigentes até dezembro de 2029. Os valores nominais foram projetados até o término da licença de operação e trazidos a valor presente a taxa de 11,58% (WACC atual do empreendimento).

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Saldos em 31/12/2023	595.538
Atualização monetária	37.000
Baixas custos socioambientais	(282.321)
Pagamentos	(60.392)
Saldos em 31/12/2024	289.825
Circulante	128.387
Não circulante	161.438
Saldos em 31/12/2024	289.825
Adições	114.480
Atualização monetária	36.709
Pagamentos	(85.703)
Saldos em 31/12/2025	355.311
Circulante	163.082
Não circulante	192.229

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$12.000.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

18.2 Capital social

A Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital subscrito da Companhia no valor de R\$750.000, por meio do cancelamento de 750.000.000 (setecentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias, proporcionalmente à participação de cada acionista. Assim, em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia totaliza R\$10.923.710, representado por 10.923.710.000 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal (em comparação a R\$ 11.673.710 em 31 de dezembro de 2024).

Em dezembro de 2025 houve modificação na estrutura dos acionistas da Jirau Energia, tendo sido as empresas CGT Eletrosul Centrais Elétricas S.A. substituída pela Companhia Axia Energia Sul e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco pela Companhia Axia Energia Nordeste.

Segue abaixo quadro de participação:

	Participação (%) 31/12/2025	Participação (%) 31/12/2024
Engie Brasil Participações Ltda.	40,0	40,0
Axia Energia Sul	15,4	20,0
Axia Energia Nordeste	24,6	20,0
Mizha Energia Participações S.A.	20,0	20,0
Total	100,0	100,0

Conforme as obrigações estabelecidas na cláusula quinta do Acordo de Acionistas da Jirau Energia, os acionistas comprometem-se, na proporção das respectivas participações percentuais, a subscrever e integralizar capital, de acordo com o que dispuser o Cronograma de Aporte de Recursos.

Caso qualquer acionista deixe de integralizar o capital na Jirau Energia por ele subscrito, os demais acionistas, após cinco dias úteis sem que tenha sido sanada a inadimplência, terão o direito de, na proporção de sua participação no capital social (excluída a participação do acionista inadimplente): (i) integralizar tal parcela do capital social; (ii) adquirir as ações já integralizadas; e/ou (iii) adquirir as ações ainda não integralizadas.

Os acionistas da Jirau Energia obrigam-se a não alienar as ações de sua propriedade, salvo com a anuência dos demais acionistas.

18.3 Reserva de Incentivo Fiscal – SUDAM

A reserva é constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), nos termos da Medida Provisória nº 2.199-14/2001, regulamentado pelo art. 626 do Decreto nº 9.580/2018. O benefício corresponde na redução do IRPJ em até 75%, calculado sobre o lucro da exploração apurado no exercício, com período de fruição por até 10 anos. O benefício foi renovado, garantindo a sua vigência no período de dezembro de 2022 até dezembro de 2031.

No exercício de 2025, a companhia usufruiu o montante de R\$80.652 a título de incentivo fiscal da SUDAM, conforme demonstrado a seguir:

Lucro da exploração	468.123
Imposto de renda nominal (15%)	70.219
Adicional de imposto de renda	37.317
Imposto de renda calculado	107.536
Incentivo fiscal (%)	75%
Incentivo fiscal calculado e utilizado	80.652

Apesar do lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu reserva de incentivos fiscais, em conformidade com a legislação aplicável aos benefícios da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e demais programas de incentivos fiscais, em razão da existência de prejuízos acumulados. De acordo com as normas contábeis e societárias vigentes, enquanto houver prejuízos acumulados, as reservas de lucros devem ser integralmente absorvidas por estes. Dessa forma, não houve impacto nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido decorrentes desse benefício. Cabe ressaltar, que após a compensação do prejuízo acumulado, a reserva será constituída em sua integralidade.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

19.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

A receita é reconhecida no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado e quando podem ser mensuradas de forma confiável. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho.

Com o início da entrega dos montantes de energia dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) - CCEARs, a Jirau Energia passou a auferir receita operacional.

A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

Além da receita comercializadas nos ambientes livre e regulado (ACL e ACR), a Companhia obtém receita decorrente da liquidação das sobras de energia na CCEE.

JIRAU ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de venda, é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas operacional bruta		
Ambiente Regulado – ACR	2.548.367	2.438.112
Ambiente Livre - ACL Partes relacionadas (nota 23)	1.391.944	1.355.614
Ambiente Livre - ACL Contratos bilaterais	187.886	149.891
Transações no âmbito – CCEE	55.504	36.818
Outras receitas	2.137	2.698
Total	<u>4.185.838</u>	<u>3.983.133</u>
(-) Deduções da receita operacional bruta		
COFINS	(315.459)	(300.841)
PIS	(68.487)	(65.314)
Investimentos P&D	(36.191)	(34.830)
Total	<u>(420.137)</u>	<u>(400.985)</u>
Receita operacional, líquida	<u>3.765.701</u>	<u>3.582.148</u>

20.CUSTO DE OPERAÇÃO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo de energia vendida		
Encargos de uso da rede elétrica	(745.087)	(795.327)
Compra de energia bilateral	(450.518)	(507.529)
Resultado com transações na CCEE	(21.121)	(47.466)
Repactuação risco hidrológico (GSF)	(34.700)	(20.504)
Total	<u>(1.251.426)</u>	<u>(1.370.826)</u>
Demais custos de operação		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(121.859)	(80.958)
Custos com pessoal	(53.881)	(48.178)
Equipamentos	(11.274)	(8.496)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(16.169)	(15.467)
Seguros	(11.240)	(10.963)
Serviços de terceiros	(47.989)	(39.175)
Depreciação e amortização	(816.541)	(723.692)
Outros custos	(37.979)	(34.620)
Total	<u>(1.116.932)</u>	<u>(961.549)</u>
Total custos de operação	<u>(2.368.358)</u>	<u>(2.332.375)</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(31.113)	(31.241)
Administradores (nota 23.1)	(10.900)	(9.391)
Serviço de terceiros	(35.155)	(31.377)
Depreciação e amortização	(6.464)	(5.341)
Constituição / (Reversão) de contingências	(9.557)	(23.591)
Aluguéis	(5.979)	(3.240)
Manutenção e conservação de edifícios	(4.631)	(4.246)
Contribuições	(8.700)	(5.205)
Veículos e transportes	(35)	(48)
Material	(2.918)	(2.063)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	(17.949)	(629)
Outros (a)	11.861	(5.771)
Total despesas gerais e administrativas	<u>(121.540)</u>	<u>(122.143)</u>

(a) Constituição em 2025 da provisão de perda decorrente do distrato do contrato firmado com a Gold Comercializadora Energia.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas Financeiras		
Renda da aplicação financeira	251.736	157.479
Atualização monetária	6.420	5.790
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(12.009)	(7.841)
Outras receitas financeiras	-	61
Total	<u>246.147</u>	<u>155.489</u>
Despesas Financeiras		
Encargos sobre dívida	(983.045)	(874.722)
Atualização UBP	(23.294)	(23.070)
Atualização custos ambientais (AVP)	(36.709)	(37.000)
Comissões	(4.984)	(8.277)
Outras despesas financeiras	(5.795)	(3.406)
Total	<u>(1.053.827)</u>	<u>(946.475)</u>
Resultado Financeiro	<u>(807.680)</u>	<u>(790.986)</u>

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados de maneira líquida, a seguir:

	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receita / (Compra) de Energia Elétrica</u>					
Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda. (Empresa do Grupo Engie)	(a)	80.542	77.158	835.167	798.865
Axia Energia (*)	(a)	53.695	47.292	556.778	532.577
Engie Brasil Energia S.A.	(a)	2.135	2.046	60.881	24.172
		136.372	126.496	1.452.826	1.355.614
<u>EUST – Encargos do uso do sistema de transmissão</u>					
Axia Energia (*)	(b)	(8.104)	(9.615)	(106.876)	(125.848)
		(8.104)	(9.615)	(106.876)	(125.848)
<u>Outras Receitas / (Despesas)</u>					
Axia Energia (*)		1.045	1.045	-	-
		1.045	1.045	-	-
TOTAL		129.313	117.926	1.345.950	1.229.766

(*) Valores consolidados, correspondentes as controladas Axia Sul e Axia Nordeste da Axia Energia, visto que a alteração de participação societária ocorreu ao longo do exercício.

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas abaixo:

- (a) Contratos de venda de energia, atualizados anualmente pelo IPCA, com os acionistas da Jirau Energia; e
- (b) Uso de rede - EUST com base no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão firmado com o ONS para a utilização das instalações de transmissão da rede básica.

23.1 Remuneração da administração

As remunerações relacionadas às pessoas chaves da Administração, composta por Diretoria Executiva e membros do Conselho da Administração da Companhia reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	7.524	6.724
Encargos	2.394	1.916
Benefícios	982	751
Total	10.900	9.391

24. PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a administradores e empregados no resultado, nos períodos em que os serviços são prestados pelos administradores e empregados.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Previdência privada empregados	1.133	1.173
Previdência privada administradores	146	138
Total	<u>1.279</u>	<u>1.311</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Gestão de risco de capital

A Jirau Energia implementa uma gestão ativa do seu capital visando garantir a continuidade das suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno para todas as partes interessadas envolvidas nas operações, por meio da otimização do equilíbrio entre dívidas e patrimônio. A estratégia geral da Jirau Energia tem se mantido inalterada desde 2013.

No âmbito da gestão de capital, o objetivo primordial da Jirau Energia é garantir a continuidade das operações iniciadas em setembro de 2013 (conforme mencionado na nota explicativa nº 1), proporcionando retorno aos acionistas e mantendo uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos associados. A Jirau Energia não está sujeita a nenhum requisito externo específico em relação ao capital, exceto pelo índice de capitalização descrito na nota explicativa nº 13.

A Diretoria Financeira da Jirau Energia revisa trimestralmente a estrutura de capital, levando em consideração o custo do capital e os riscos associados a cada classe de capital. Essa revisão tem como objetivo assegurar uma alocação eficiente dos recursos e uma estrutura de capital equilibrada.

25.2 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados.

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e

Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Mensuração	Contábil		Mercado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras (nota 5)	VJR	918.942	655.067	918.942	655.067
Aplicações financeiras (Letra financeira do tesouro)	VJR	180.954	634.898	180.954	634.898
Aplicações financeiras (Depósitos vinculados)	VJR	499.405	436.762	499.405	436.762
Contas a receber de clientes	CA	447.875	423.723	447.875	423.723
Total		2.047.176	2.150.450	2.047.176	2.150.450
Passivos financeiros					
Fornecedores	CA	229.932	229.658	229.932	229.658
Uso do bem público	CA	163.787	160.898	163.787	160.898
Empréstimos e financiamentos	CA	8.965.866	9.427.996	8.965.866	9.427.996
Total		9.359.585	9.818.552	9.359.585	9.818.552

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

25.3 Objetivo dos riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Jirau Energia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da Administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

25.3.1 Risco de taxa de juros e índices flutuantes

O risco de taxa de juros e índices flutuantes está relacionado à possibilidade de a Jirau Energia incorrer em perdas devido à variação das taxas de juros aplicadas aos seus passivos e ativos. A Jirau Energia está exposta a taxas de juros flutuantes associadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (em contratos de financiamentos), ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (referente ao ressarcimento à União pelo UBP), e ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em aplicações financeiras).

Análise de sensibilidade

Considerando a volatilidade histórica das taxas de juros e dos índices de preços, a Jirau Energia realizou uma análise de sensibilidade em relação aos seus ativos e passivos financeiros, a fim de demonstrar os possíveis impactos nos resultados, com base em premissas consideradas prováveis.

JIRAU ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2025, foram consideradas as seguintes variações de taxas: TJLP, DI e IPCA.

(i) Variação na taxa de juros de longo prazo (TJLP)

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
Financiamentos	9.024.697	Aumento da TJLP	(10.830)	(45.123)	(90.247)
Referência para financiamentos		Taxa em 31/12/2025	Cenário Provável	0,50%	1,00%
TJLP		9,07%	9,19%	9,57%	10,07%

Demonstra o saldo total da dívida com o BNDES em 31 de dezembro de 2025, considerando a TJLP de 9,07% a.a. Para o próximo trimestre de 2026, projetamos uma expectativa de 9,19% a.a., com base na taxa informada pelo BNDES com vigência até março de 2026.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram aumento da TJLP em (0,50%) e (1,00%), respectivamente, com base na taxa vigente até dezembro 2025.

(ii) Variação DI

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
Ativos financeiros (Aplicações em CDB e operação compromissada e depósitos vinculados)	1.599.301	Queda do CDI (Selic) 2025	(45.760)	(51.483)	(59.799)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2025	Cenário Provável	(4,50%)	(5,25%)
CDI		15,00%	12,25%	10,50%	9,75%

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025, a uma taxa Selic de 15,00% para o final do exercício (Banco Central).

Para o cenário provável de 2026, de forma a refletir risco de queda, foi considerada uma variação negativa estimada de 2,75% em relação a Selic fechada em 31/12/2025.

Em relação às aplicações financeiras, os cenários A (2027) e B (2028), para estimativa de Risco em decorrência de queda da taxa base, foi considerada a simulação da redução da Selic em (4,50%) e (5,25%), respectivamente, em relação a posição fechada em 31/12/2025. (FOCUS 02/01/2026)

(iii) Variação no IPCA

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
UBP a pagar	163.787	Aumento do IPCA	426	(262)	(1.081)
Referência para UBP a pagar		Taxa em 26/12/2025	Cenário Provável	10,00%	20,00%
IPCA		4,43%	4,17%	4,59%	5,09%

Demonstra o saldo do UBP em 31 de dezembro de 2025, considerando a taxa estimada do IPCA de 4,43% para o período, de acordo com o relatório Focus de 26 de dezembro de 2025, e cuja meta para 2026 é de 4,17% a.a. de acordo com o mesmo relatório.

Em relação ao UBP a pagar, os cenários A e B consideram um aumento do IPCA de 10% e 20% sobre a meta para 2025 respectivamente

25.3.2 Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez da Jirau Energia é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que controla as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, pelo monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e reais.

No intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a Jirau Energia utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente por essa Diretoria. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

(i) Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram, em detalhes, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Jirau Energia, bem como os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Jirau Energia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Jirau Energia deve quitar as respectivas obrigações.

JIRAU ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2025							
Financiamentos	TJLP+Spread	122.343	368.084	989.465	7.806.350	4.203.009	13.489.251
Fornecedores	-	164.493	-	-	65.439	-	229.932
UBP a pagar	IPCA	1.759	5.276	14.069	84.416	267.318	372.838
Provisão custos ambientais	IPCA	9.213	27.640	73.707	331.680	-	442.240
Total dos passivos		297.808	401.000	1.077.241	8.287.885	4.470.327	14.534.261

26. SEGUROS

A Jirau Energia promove a contratação de todos os seguros necessários para atender à legislação, às obrigações contratuais do financiamento obtido com o BNDES e às obrigações de concessão, transferindo para as seguradoras os riscos relacionados a operação da usina.

Os seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Tipo de cobertura	Limite máximo de garantia R\$	Vigência da cobertura
Riscos operacionais	1.400.000.000	30/12/2025 a 30/12/2027
Responsabilidade civil geral	70.000.000	30/06/2024 a 30/06/2026
Responsabilidade civil de administradores (D&O)	50.000.000	31/12/2024 a 31/12/2025
Frota	100% da tabela FIPE	27/04/2025 a 27/04/2026

27. COMPROMISSOS

27.1 Compromissos advindos do contrato de Concessão

A Jirau Energia assumiu compromissos por meio do Contrato de Concessão, entre os quais se destacam:

- A aplicação, anualmente, um percentual de 1% de sua receita operacional líquida - ROL, apurada de acordo com o disposto no Manual do Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, conforme alterada.
- A garantia firmada oriunda do Edital de Leilão - ANEEL 02/2011 (Leilão A-3, de agosto de 2011), que foi totalmente liberada em fevereiro de 2017, pela SCG/ANEEL, nos termos descritos no item 13.4 do edital de Leilão 02/2011.
- A garantia de cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, conforme item 12 do Edital de Leilão nº 05/08 (entre as quais se destacam a obtenção de LI, incluindo projetos socioambientais, e de LO), no valor inicial de R\$650.000, que foi totalmente liberada pela SCG/ANEEL, nos termos da subcláusula 13ª da cláusula 7ª do Contrato de Concessão de 2008.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stölle Bähr
Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Conselheiro

Noriaki Watanabe
Conselheiro

Cleicio Poletto Martins
Conselheiro

Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira

Rodrigo Limp Nascimento
Conselheiro

Kenta Hori
Conselheiro

Guilherme Azevedo da Silva
Conselheiro

Ana Silvia Corso Matte
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Edson Luiz da Silva
Diretor-Presidente

Cynthia Vianna Pereira Thomé da Silva
Diretora Financeira

Diego Collet
Diretor de Operação

Rodolfo de Araujo Moreira Coello Torres
Diretor Administrativo e
de Relações Institucionais

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/FISCAL

Alessandra Vairão Brum Linhares
Contadora
CRC nº RJ 105135/O-9